



O uso da Eletroestimulação Pélvica como recurso fisioterapêutico no tratamento das disfunções uroginecológicas

Autor(res)

Ana Carolina Lino Silvério
Mateus Nascimento Da Silva
Isabella Alves Fagundes Pires
Giovanna Fernandes Freitas
Monalisa Silva Miguel
Lallesk Aparecida Cardoso Carrijo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

As disfunções do assoalho pélvico são condições comuns que afetam mulheres e homens, podendo comprometer a continência urinária e fecal, a função sexual e a qualidade de vida. Dentre elas, destacam-se a incontinência urinária de esforço, de urgência ou mista, o prolapso de órgãos pélvicos e a dor pélvica crônica. O tratamento fisioterapêutico dessas condições é fundamental, pois atua na melhora da força, resistência e coordenação muscular do assoalho pélvico, promovendo reabilitação funcional e reduzindo sintomas. A eletroestimulação pélvica é um recurso terapêutico amplamente utilizado para fortalecer os músculos do assoalho pélvico e melhorar o controle neuromuscular. A técnica consiste na aplicação de correntes elétricas de baixa frequência por meio de sondas transvaginais, transanais ou eletrodos de superfície, visando à ativação muscular, melhora da propriocepção e modulação da dor. Esta abordagem é especialmente indicada para casos de hipotonia muscular, disfunções sexuais, reabilitação pós-parto ou pós-cirúrgica, incontinência urinária e fecal, bem como para o tratamento da bexiga hiperativa.

Objetivo

O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar a utilização da eletroestimulação pélvica como recurso fisioterapêutico no tratamento das disfunções uroginecológicas

Material e Métodos

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. A busca de artigos foi realizada em bases de dados como Google Acadêmico e PubMed, utilizando os descritores “fisioterapia”, “disfunções do assoalho pélvico” e “eletroestimulação pélvica”. Foram incluídos estudos que abordassem a aplicação da eletroestimulação transvaginal, transanal, transcutânea ou percutânea para o tratamento de disfunções uroginecológicas, com ênfase em resultados clínicos, protocolos utilizados, benefícios e limitações. Foram excluídos estudos que não apresentavam resultados aplicáveis à prática clínica ou que se restringiam a populações não relacionadas às



disfunções uroginecológicas.

Resultados e Discussão

A literatura revisada demonstra que a eletroestimulação pélvica promove melhora significativa da força muscular, da continência urinária e da qualidade de vida de pacientes com disfunções do assoalho pélvico. Estudos apontam que a eletroestimulação transvaginal é eficaz no tratamento da incontinência urinária de esforço, enquanto a estimulação transcutânea e a neuroestimulação percutânea do nervo tibial posterior apresentam bons resultados no controle da bexiga hiperativa e urgência miccional. Entre os benefícios relatados estão o aumento da força de contração do assoalho pélvico, melhora da propriocepção e redução da dor pélvica crônica. Apesar dos resultados positivos, algumas limitações são apontadas, como a necessidade de adesão do paciente ao tratamento, a possibilidade de desconforto durante a aplicação. Ainda assim, a eletroestimulação se mostra uma alternativa terapêutica, especialmente quando associada a exercícios de fortalecimento e outras intervenções fisioterapêuticas.

Conclusão

A eletroestimulação pélvica é um recurso promissor no tratamento fisioterapêutico das disfunções uroginecológicas, apresentando benefícios clínicos importantes, como melhora da continência e da função sexual. Contudo, novos estudos com amostras maiores e protocolos padronizados são necessários para fortalecer a evidência científica e otimizar os resultados clínicos.

Referências

1. Berghmans B, et al. Electrical stimulation for urinary incontinence in women: a systematic review. *Int Urogynecol J*. 2020;31(6):1127-1143.
2. Pires P, et al. Eletroestimulação do assoalho pélvico no tratamento da incontinência urinária. *Fisioterapia em Movimento*. 2019;32:e003210.
3. Dumoulin C, et al. Conservative management for female urinary incontinence and pelvic organ prolapse. *J Obstet Gynaecol Can*. 2021;43(1):S1–S48.